



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 08 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1978

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Manoel Gaona.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Aragão de Mattos Leão, Nelson Buffara e Hélio Manfrinato (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs 115, 116, 135, 136, 137, 138 e 139/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

18/78: Do Sr. Deputado Dácio Leonel, que autoriza o Poder Executivo denominar de Escola Polivalente Professora Maria do Rosário Castaldi, ensino de 2º grau, a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.019. — **Agradeça-se.**

75/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre crédito tributário e pertinentes ao Imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.020. — **Agradeça-se.**

62/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Doutor Arthur Martins Franco, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.022. — **Agradeça-se.**

33/78: Do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que outorga Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.023. — **Agradeça-se.**

171/77: Do Senhor Deputado Del Ciel, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé, com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.024. — **Agradeça-se.**

27/78: Do Sr. Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais de Ibiporã, com sede e foro na cidade de Ibiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.025. — **Agradeça-se.**

37/78: Do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda. — A.B.H.C., com sede na cidade de Contenda, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.026. — **Agradeça-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 91/78, que fixa o efetivo da P.M.E.P.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regime de urgência para tramitação das Mensagens nºs 74 e 75/78.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido dia 06 do corrente, de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Tal passamento vem de consternar o mundo cristão, pela personalidade marcante com que pontificou o seu reinado frente à Igreja Católica Romana, caracterizado pelo seu profundo senso de equilíbrio e amor ao próximo.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Arcebispo de Curitiba e ao Vaticano, em Roma.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido no último dia 03 de agosto, do industrial AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO FILHO, membro de tradicional família paranaense.

O seu passamento enluta a sociedade de nosso Estado, que perde um de seus mais proeminentes homens. Deixa AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO FILHO, o "Nuno" como era carinhosamente chamado, uma exemplar folha de serviços prestados ao Paraná, na iniciativa privada, onde se notabilizou pelo dinamismo e invulgar capacidade de trabalho.

Pede-se outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, que as Mensagens Governamentais 74 e 75/78, enca-

minhadas no último dia 02 de agosto, sejam apreciadas em reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos, a fim de que haja mais celeridade na tramitação dos respectivos projetos de lei em que se consubstanciam.

A mensagem n.º 74/78, trata do anteprojeto de lei que objetiva atribuir ao cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça, e aos de Assessor Técnico Legislativo, Assessor Técnico Administrativo e Assessor Técnico Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, os vencimentos do símbolo D.A.S. - 3, da simbologia instituída pela Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978. Visa, ainda, tal anteprojeto de lei, a criação de 3 (três) cargos de Assessor Técnico símbolo D.A.S.4

De outra parte, a Mensagem n.º 75/78, contém anteprojeto de lei que visa alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, para dar nova composição à carreira de Assistente Jurídico.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JAMIL ABRÃO, ocorrido em União da Vitória.

O extinto era industrial naquela cidade, pessoa de grande relacionamento de amizade.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Des. Costa Carvalho, 80, Porto União, SC.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvida a Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AMÉRICO LOPES, ocorrido no dia 02 de agosto do corrente ano, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. MIGUEL TABORDA RIBAS NETO, de tradicional família paranaense, ocorrido no dia quatro (04) do corrente, nesta Capital.

Da decisão deste Plenário seja comunicada a família enlutada, à Rua Erasto Gaertner, 1553.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) IVAN RÜPPEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JÚLIO ZAWADZKI, ocorrido em data de hoje, em Curitiba.

O extinto era ligado aos meios comerciais, batalhador do esporte amador e muito conceituado nos meios sociais de Curitiba.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, que seja dado ciência à família enlutada, à Av. Iguaçu, 3173, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. SAUL RAIZ, ofício consubstanciado em veemente apelo, no sentido de que seja determinado ao setor competente, o asfaltamento com urgência da Rua Eduardo Geronasso, localizada no bairro do Bacacheri, nesta Capital.

Tal apelo se faz, em razão do grande fluxo de veículos daquela importante via pública, num dos progressistas bairros de Curitiba, que está a exigir essa melhoria a fim de atender aos reclamos da sua laboriosa população.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) MANOEL GAONA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedido de informações no sentido de ser informada esta Casa, sobre de quem é a responsabilidade da estrada Inglesa, no trecho de Nova Esperança ao Rio Pirapó, a qual foi recentemente inaugurada e cujo estado de tráfego se encontra em precárias condições de trânsito.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) MANOEL GAONA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Presidência do Banco do Estado do Paraná, veemente apelo no sentido de determinar com urgência a instalação de uma agência na sede do Distrito de IGUATU, Município de Corbélia.

O crescente desenvolvimento do aludido distrito, está a exigir que o estabelecimento oficial do Estado mantenha ali uma agência, a fim de atender a sua progressista população, bem como a expressiva produção agrícola da região.

A justa reivindicação que se faz com o presente apelo, se reveste no grande benefício não só para a região de influência daquele distrito, como também do próprio poder público em prol da continuidade do progresso regional.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo à Presidência do Banco do Estado do Paraná, no sentido de determinar com urgência a instalação de uma agência na sede do Distrito de BRAGANEY, Município de Corbélia.

O crescente desenvolvimento do citado distrito, está a exigir que o estabelecimento oficial do Estado mantenha ali uma agência a fim de atender a sua progressista população, bem como a expressiva produção agrícola, produzida na região.

A justa reivindicação que se faz com o presente apelo, se reveste no grande benefício não só para a região de influência daqueles distritos, como também do próprio poder público em prol da continuidade do progresso regional.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Sua Ex.^a o Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de ser determinada com urgência uma agência do Banco do Brasil no Município de Corbélia.

O apelo que se faz, está traduzido face ao crescente desenvolvimento daquele município paranaense, com expressiva produção agrícola que o torna um dos polos sócio-econômicos dos mais importantes, merecendo assim, o reconhecimento dos órgãos públicos e na prestação de uma efetiva assistência às suas justas reivindicações, em prol da continuidade do seu progresso.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná "TELEPAR", veemente apelo no sentido de que seja determinado com urgência a instalação de um posto telefônico no Auto Posto Santo Eduardo Ltda, localizado no Km 117 da BR-369, trevo de acesso para a cidade de Nova Aurora.

Tal apelo se faz, visando dotar aquele importante trevo de acesso à cidade de Nova Aurora, de um meio rápido de comunicação, o que irá trazer inúmeros benefícios ao grande fluxo de motoristas que por ali trafegam cotidianamente, transportando a riqueza e o progresso do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, veemente apelo no sentido de determinar à Secretaria dos Transportes, o asfaltamento dos trechos de estradas:

I — Braganey à BR-277, dando continuidade até o Distrito de Anahy;

II — Ligação de Iguatu até a BR-369.

III — Ligação de Longuinópolis até a BR-369.

Tal apelo se faz, em razão do crescente desenvolvimento daquela progressista região de nosso Estado, que vem através de sua produção agrícola, prestando grandes benefícios à economia paranaense.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e na condição de Vice-Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, requer ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do PAPA PAULO VI, ocorrido domingo último, 6 de agosto, e seja designada a sessão de amanhã, quarta-feira, em seu tempo integral, em homenagem póstuma a esse que foi, nos quinze anos de seu pontificado, incansavelmente, um ardoroso Apóstolo da Paz e da Civilização do Amor.

Termos em que,

E. deferimento.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(aa) MUGGIATI FILHO

e FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Arapongas, importante núcleo social da área produtora do Norte do Estado, voltou a viver em ambiente de insegurança, idêntico ao de 1972, quando, desta mesma tribuna, pedíam providências governamentais para o problema.

Tais fatos acontecem e atingem o máximo da gravidade, justamente, após a remoção do Delegado José Tavares da Silva Neto.

Na verdade, foram as pressões do grupo político dominante, insatisfeito com a retidão e o tirocínio policial que guardava a cidade, que removeram a autoridade fiel cumpridora de suas atribuições.

O atual sub-Delegado em exercício, conquanto se trate de pessoa digna de todo o respeito dentro da sociedade local, não possui formação nem aptidão policiais necessárias que o qualifiquem para o exercício da espinhosa missão de comandar o combate ao crime.

O resultado aí está: furtos de automóveis à saída da misa, assaltos a bancos, roubos residenciais, lojas arrombadas, culminando, recentemente, com o assalto à mão armada da Relojoaria Rubi, de Mário e Paulo Hirata, com prejuízos elevados e agressão física.

Diante do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado, requer ouvido o augusto Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, visando com a urgência possível, que se proceda ao reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas, dotando-a de condições de exercer o efetivo combate ao crime, praticando-se as medidas cabíveis ao restabelecimento da segurança e do sossego público indispensáveis, restituindo-se a Arapongas, a sua verdadeira imagem de cidade ordeira, progressista e humana.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, por seu Vice-Líder infra-assinado, propõe, ouvido o augusto Plenário, seja lavrado em ata desta sessão, um voto de solidariedade aos professores paranaenses, que se encontram reunidos em Congresso, defendendo suas justas reivindicações.

Pleiteiam os educadores, com apoio na sua comunidade, um piso salarial de Cr\$ 5.000,00 para todas as professoras normalistas e reajuste proporcional para as professoras leigas; a adoção de medidas que propiciem a todas as professoras licenciadas, que atuam de 1ª à 4ª séries do 1.º grau, especialistas em educação, receber pela sua habilitação; concurso amplo para 1.º e 2.º graus, que preencha o número de vagas reais; estabilidade para os professores suplementaristas com mais de 10 anos de serviço, com direito a um padrão de 22 aulas; e, regulamentação imediata do Estatuto do Magistério.

Na realidade, o professor que atua de 1ª à 4ª séries recebe, hoje, salário baixo, de nada lhe valendo os cursos ou tempo de serviço de que seja titular. Tal situação conduz o professor a assumir outro emprego, cumulativamente, visando melhores e condignas condições de vida. Ademais, seria impertinente até definir-se uma situação trabalhista que sequer conta com o "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço".

Confia-se em que, a política educacional do Estado do Paraná conduzida pelo eminente Professor Borsari Neto, venha a dar, a tão relevantes problemas, as mais adequadas e urgentes soluções, num plano de entendimento mútuo e de recíproca colaboração em favor do ensino paranaense.

Sala das Sessões, em agosto de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 122/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CARAMBEI", com sede e foro em Carambei, Município de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da Assistência Social à comunidade de Carambei.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais para que o Poder Público Estadual a reconheça de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que esperamos, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, primeiro orador inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Segundo despacho de Brasília, oriundo do Ministério da Fazenda, o Paraná foi o Estado que mais perdeu em arrecadação do ICM no primeiro semestre deste ano: 13% em termos nominais.

Como a inflação estimada para o semestre foi da ordem de 20%, o Estado perdeu 33% de sua receita tributária nos primeiros seis meses do ano. Para mostrar a gravidade da crise econômica que se abateu sobre nossa região, bastaria este dado.

Porque, sabem os Srs. o ICM é uma taxa variável em torno de 14%, que incide sobre as mercadorias vendidas no território do Estado. Se caiu a cobrança do imposto, é claro que também caiu a venda de mercadorias, reduziu-se a atividade econômica em nível correspondente.

Isso significa a perda de um terço da atividade econômica do Paraná neste primeiro semestre. Não é preciso dizer das dificuldades originadas com essa brutal redução do nível de atividade econômica: impostos que deixam de entrar, programação de obras que pára; empresas que fecham ou diminuem sua operação, e, principalmente, empregos que deixam de existir.

Como as perdas decorrem da seca que se abateu sobre o Paraná, todos os setores econômicos ligados à atividade agrícola foram afetados: movimentação de safras, venda de caminhões, adubos e máquinas agrícolas.

Além da exportação brasileira de produtos primários, duramente atingida.

Pelo quadro, vê-se que o Paraná precisa de apoio urgente da Administração Federal para recompor sua potencialidade. Não bastam os auxílios para frentes de trabalho, porque eles só atendem um lado do problema: os empregos rurais.

É preciso que linhas especiais de crédito a juros baixos sejam oferecidas às empresas; que verbas favoráveis sejam endereçadas ao Governo do Estado, para que a comunidade paranaense possa se recompor da tragédia climática.

A propósito, tenho a lamentar que mesmo as verbas para frentes de trabalho chegaram tarde, e chegaram em pouco volume.

Afinal, o sentido da federação política é exatamente o que o Todo deve socorrer as Partes nas emergências que ocorram. O Governo Federal, socorrendo o Paraná, não faz mais que sua obrigação constitucional e primeira, de ajudar a recuperar uma das Unidades mais laboriosas da Federação brasileira.

E os paranaenses, saberão devolver em mais alimentos e mais produção, a ajuda de seus irmãos brasileiros".

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o protesto de apressar os trabalhos de instalação da rede de esgotos, em alguns pontos da Capital, a SANEPAR, através das firmas empreiteiras, está desrespeitando, flagrantemente, o direito de propriedade. Simplesmente, sem qualquer comunicação aos ocupantes das residências em frente às quais a rede deve passar, vão escavando valetas enormes sem ao menos perguntar se tem carro na garagem e qual seria a disposição dos ocupantes das casas em deixar os carros dentro ou fora das mesmas.

No início do ano, a Prefeitura Municipal, mediante avisos, editais de toda sorte de divulgação, coagiu os proprietários de terrenos urbanos desta Capital, a construir calçadas, mediante ameaça de pesada multa (segundo consta, de 200% sobre o valor do lançamento).

Agora, para surpresa daqueles que construiram, muitas vezes com sacrifícios, na grande maioria das vezes, essas calçadas, pesadas máquinas são acionadas para destruí-las.

Às vezes, os munícipes chegam a implorar que tais trabalhos, quando se trata de pequenas calçadas de entrada, sejam feitos manualmente.

Ainda que os encarregados das obras cheguem a se comprometerem em não destruir os encanamentos de canos plásticos e das pequenas calçadas que servem de acesso aos portões das residências (aproximadamente 1 metro de largura), a pressa, PRESSA MESMO INJUSTIFICADA torna-se fator preponderante para que o acordo não seja cumprido.

Desta maneira, a exemplo do que aconteceu recentemente na nossa cidade de Maringá, quando uma propriedade foi invadida para a matança desautorizada de porcos com suspeita, apenas de serem portadores da peste suína, o mesmo está sendo verificado em Curitiba, com relação à destruição de calçadas, encanamentos e jardins.

Se por um lado a Prefeitura ameaça os moradores de construir calçadas, por outro lado a SANEPAR manda destruí-las.

Onde está o planejamento de ações? Onde está o respeito ao direito dos cidadãos, assegurados por nossa sofrida e ofendida Constituição? Ou será que ela realmente não existe?

Quem irá, por outro lado, indenizar pelos estragos causados a esses contribuintes de elevados impostos?

De nada adianta reconstruir-se rapidamente uma calçada ou um jardim, quando se sabe que uma obra remendada fatalmente sofre sérias depreciações.

Por isto, Srs. Deputados, é que num País onde se fala de educação, obediência e respeito às leis, se é que elas realmente estão sendo respeitadas, estaria correto tal procedimento?

Mas, resta aos executores das rapidíssimas obras o grito vitorioso: "Aprontamos o encanamento antes das eleições... Cumprimos nossa tarefa..."

Não faz mal absolutamente a eles e a esse Governo que a obra faça reacender o fedor característico de ESGOTOS.

O nosso protesto e o nosso repúdio à SANEPAR, p. por essas atitudes indevidas e injustificadas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra no Grande Expediente, ao único Sr. Deputado inscrito, Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos ocupando a tribuna desta Casa, para tratar de um assunto que, o esboço, a gente já tinha elaborado ainda no semestre passado. Entretanto, as condições em que transcorreu o

final do semestre passado, não ensejam a possibilidade de nós trazermos a discussão deste assunto naquela oportunidade. E quando o Paraná atravessava, como atravessou uma das fases mais difíceis de sua existência, com uma prolongada estiagem, talvez nem fosse a época, o momento mais oportuno para se tratar deste assunto.

Agora, percorrendo o interior do Estado, estamos observando o ressurgir das esperanças dos homens que ainda resistiram às dificuldades de toda a ordem, porque passou o setor primário da economia paranaense, e resistiram e estão ainda nos campos, a tentar garantir com a sua produção, um lugar de destaque que o Estado do Paraná sempre ocupou, na produção do agrodólares, para fazer frente às necessidades da balança comercial brasileira.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos observando que o Estado do Paraná apresenta, principalmente na sua região Norte, Norte Novíssimo e Oeste, uma modificação gratuita mas, inexorável, da sua paisagem agrícola. É o modelo econômico rural paranaense, que vai mudando e vai determinando uma urbanização de valores culturais, para os homens do campo.

Numa das reuniões da CPI da Economia, o Bispo de Palmas, D. Agostinho Sartori, enfocava o problema, manifestando a sua preocupação, com gerações que, por um atavismo histórico, sempre estiveram envolvidas com o amanho da terra, com a cultura da terra e também com a cultura social, proveniente de um "modus vivendi" adquirido e desenvolvido a partir dos campos. A observar, o cinturão de marginalidade, de marginalização do processo social, que se formam hoje nas cidades médias e nas cidades grandes do Paraná, nós estamos sentindo claramente, Sr. Presidente, que a indústria financeira e a indústria pesada, escolheram o Estado do Paraná, entre tantos outros trechos da América Latina, como uma experiência de modernização e automatização das suas lavouras.

Mas, o Poder Público do Estado do Paraná, o Poder Público, representado pelos órgãos do Ministério da Agricultura, não quiseram ou não souberam acompanhar esta marcha dos acontecimentos e, hoje, nós observamos o Estado do Paraná não tendo no setor primário da sua economia, condições de reter e dar ocupação a uma mão de obra cada vez mais excedente e sempre desqualificada.

São 800 mil bóias-frias, a perambular pela periferia das cidades pequenas, médias e grandes, pelas fazendas mecanizadas esparramadas pelo Paraná. A ter em média, Sr. Presidente, um período ocupacional de quinze a dezoito dias apenas, por mês, auferindo importâncias que não permitem à sua família, uma renda familiar sequer equivalente ao menor salário mínimo do Estado do Paraná.

E são esses homens que ajudaram a construir a grandeza do Paraná, mas que não têm hoje, condições de empregar a disponibilidade de sua força de trabalho.

Além do mais, o Estado do Paraná hoje, é, por paradoxal que possa parecer, a fonte de origem da maior quantidade de migração para a área metropolitana de São Paulo, encontrando-se na zona leste de São Paulo bairros inteiros e vilas inteiras formados única e exclusivamente com contingentes humanos e demográficos vindos do Estado do Paraná.

Talvez numa segunda, numa terceira fase de migração interna, mas já tendo tentado e já tendo operado no interior do Estado do Paraná. Na década de 60, Sr. Presidente, a média de propriedade ou por propriedades do Norte do Estado, oscilava a casa dos 12 aos 14 alqueires. Uma média efetivamente feliz na sua quantificação, porque permitia a exploração familiar do módulo fundiário. E, ao permitir a exploração familiar, com o café que era uma lavoura altamente absorvente, necessitando de mão de obra apurada, mas com a capacidade extraordinária de distribuição de renda, facilitava o poder aquisitivo, a capacidade de consumo dos habitantes rurais do nosso interior.

E nós tínhamos então, no Norte do Paraná, uma das faixas de maior capacidade de consumo dentro do mercado interno brasileiro.

Entretanto, se na década de 60, Sr. Presidente, de 12 a 14 alqueires era a média das propriedades rurais do Norte do Paraná, com esta mecanização maciça, com esta colocação em disponibilidade da mão de obra desqualificada da nossa zona rural, nós passamos agora a observar a média de 35 alqueires por propriedade nesta mesma região.

E ao pendurar o quadro concentracionista no modelo econômico, nós entraremos na década de 80 com uma média fundiária se aproximando da casa dos 50 alqueires. E as estatísticas têm mostrado, Sr. Presidente, que a grande propriedade, ela apenas está atendendo a interesses de especulação, à melhoria e à valorização de cadastros bancários, ou quando formada em termos de empresa agrícola, atende, quase sempre, a uma demanda de mercado externo. Porque, Sr. Presidente, 73 por cento do que se come na mesa do brasileiro, provém da média e da pequena propriedade. Mostrando claramente que, historicamente, que socialmente, que culturalmente, o Brasil não pode, não tem condições de abrir mão da fixação do homem ao campo, abrir mão de um modelo que estimule, que incentive a pequena e a média propriedade, como uma forma de fixação do homem ao campo. Mas, muito mais, Sr. Presidente, como uma maneira de se respeitar um jeito de ser, de se respeitar um traço cultural de um povo que habita um País eminentemente agrícola, de destinação primária, mas cujo povo desestimulado, desesperançado, escoraçado pela indústria financeira que estimula apenas as grandes propriedades, ele é obrigado a obedecer uma tendência de uma urbanização, fazendo com que um País continental como o nosso, um País de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, seja um oceano de desesperança, mas se avistando nesse oceano arquipélagos de grande concentração demográfica, representados pelo quadro das regiões e das áreas metropolitanas.

O que poderemos dizer de um País que se urbaniza aceleradamente mas, que tem hoje, na sua estrutura municipalista, um dos pontos mais claros evidentes do fracasso em que nos jogou esta autocracia implantada no País, a partir do dia 8 de abril de 1964? No seu afã, no seu desejo concentracionista, como toda autocracia pretende ser concentracionista, unitarizante porque ditatorial, acabou a figura da federação, acabou a figura dos Estados autônomos, e está acabando também, Sr. Presidente, a figura do Município como célula básica da corporificação dos anseios populares; como célula básica do nível mais doméstico e mais certo, para colocação dos problemas comunitários e também para a tentativa de solução.

Temos hoje, quantas e quantas cidades deste Paraná, Sr. Presidente, por onde passou a ação de um processo de mecanização e automatização do modelo econômico rural paranaense. Mas não houve, ao lado, uma tentativa de um quadro de referências muito sério, feita por este Governo, para tentar também, dar uma solução social e econômica a tantos e tantos irmãos nossos: no Brasil 30 e poucos milhões de brasileiros que trabalham na terra mas sem terra; no Paraná, 800 mil desempregados, ou sub-empregados, a tentar viver da terra, mas sem terra.

E ao lado desses 800 mil, mais um milhão e 500 mil paranaenses a viver também da terra mas sem terra para trabalhar.

Esse quadro que faz com que esses pequenos municípios, com que esses pequenos núcleos urbanos, que teriam a função específica de ativar o mercado interno paranaense, estão, hoje, totalmente debilitados, a fazer com que se passe por eles, na segunda, ou terça-feira, e se indague qual feriado nacional é hoje, porque o comércio está totalmente fechado.

E aí está uma situação de fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esvaziou-se quanto pôde a agricultura brasileira, martirizou-

-se o quanto pôde, o setor primário da economia do Brasil.

E o resultado está aí. Em 1964, quando a dívida externa do Brasil beirava à casa dos 3 bilhões de dólares, o Brasil tinha, Srs. Deputados, quase 60 milhões de sacas de café em estoque, tanto na rede particular, mas principalmente na rede de armazéns do Instituto Brasileiro do Café.

E aquele estoque de café existente em 64, Sr. Presidente, dava tranqüilamente para fazer frente a duas vezes vírgula três, toda a dívida externa brasileira.

E quando o falecido Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, enviava ao Congresso Nacional a sua mensagem referente ao primeiro ano do seu mandato presidencial, ele dizia que o Brasil estava se aproximando da faixa da temeridade, na sua dívida externa. Faixa esta que ele colocava e quantificava, pelos 5 bilhões e 600 milhões de dólares.

Se em 64, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós tínhamos quase 60 milhões de sacas de café, uma dívida de quase 3 bilhões de dólares. Mas o lastro café que possibilitava o pagamento de 2,3 desta mesma dívida, hoje a bola de neve está crescendo, está se avolumando. Estamos com uma dívida externa de cerca de 35 bilhões de dólares. E nem mesmo, Sr. Presidente, e nem mesmo, Srs. Deputados, a direção do IBC sabe dizer qual o estoque de café hoje do Brasil, de tão insignificante, de tão maltratado, de tão descurado que foi. Seguramente, hoje, não temos quantidade suficiente para arcar com os compromissos internacionais do Brasil, durante 10 meses de comercialização. E este é um dos sintomas, e este é um dos efeitos, do esvaziamento por que passa o setor primário da nossa economia. Principalmente a nossa região Norte do Paraná, que foi um exemplo de reforma agrária feita pela iniciativa particular mas ocupadas por aquelas famílias que desejavam realmente produzir, e nunca tiveram, Srs. Deputados, a preocupação que a tecnocracia implantava por este arbítrio e por esta exceção que estão hoje no País há 14 anos. E nunca essas famílias tiveram a preocupação de estabelecer coeficientes de produção e coeficientes de produtividade. Naquela separação irracional e absurda, que apenas nos gabinetes confortáveis dos homens distantes da realidade brasileira está hoje a tentativa de mostrar que o problema do Brasil é de produtividade. Quando nosso povo, quando nosso lavrador, quando nosso homem sério sabe e continua afirmando que o problema hoje ainda é de produção, ainda é de definição de regras de jogo, e ainda é do respeito aos traços culturais da nossa gente e do nosso povo.

Nem se pode impunemente, Srs. Deputados, não se pode impunemente tornar inviável a vida do homem que trabalha no campo. Expulsá-lo do seu campo de operação, tradicional e centenariamente campo de atuação. E sem que qualquer condição de preparo de sua mão de obra. Da disponibilidade da sua força de trabalho, fazer com que essas famílias de modernos retirantes, venham a engrossar ainda mais as franjas de marginalização das grandes cidades.

Porque se isto ocorrer, Sr. Presidente, nós estaremos assistindo a concretização daquela advertência que o urbanista Figueiredo Ferraz fazia na abertura de um Congresso Latino Americano de arquitetura e urbanismo, dizendo que se a sociedade convencional não souber resolver o problema da sociedade marginal, dar-lhe uma qualidade de vida consentânea e adequada à sua dignidade de criatura humana, se as áreas e regiões metropolitanas que se formam aceleradamente no Brasil, não forem capazes de adequar, racionalmente, a ocupação do seu espaço urbano e suburbano, então nós estaremos assistindo a um processo de asfixiamento da sociedade convencional por parte da sociedade marginal.

E isso nós já observamos aqui, na grande Curitiba, dezenas e dezenas de casos de crimes, de casos de assaltos, de existência de quadrilhas de delinquentes infantis, de delinquentes juvenis, de salteadores. Hoje não há mais segurança, não há mais tranqüilidade para o estudante que sai, à noite, para ir à

escola. Não há mais tranqüilidade para o trabalhador que sai do turno noturno, ou no fim do vespertino e vai para sua casa. Porque já sabia a sabedoria romana do tempo de Cícero — a fome é má conselheira. E, hoje, sem qualquer romantismo, sem qualquer forma figurada ou simbólica de falar, mas na rudeza semântica dos termos, nós podemos afirmar, Sr. Presidente, esta transformação do modelo econômico e social da agricultura paranaense, conduzindo milhares e milhares de irmãos nossos para as áreas metropolitanas do Brasil, para o grande exército da disponibilidade da mão de obra como os 800 mil bóias-frias, como os 300 mil brasileiros que estão no Paraguai e na Bolívia, abrindo campos novos de exploração agrícola; como os milhares e milhares de paranaenses estão no Mato Grosso e na Amazônia, nós poderemos dizer, Sr. Presidente, — há, efetivamente, gente passando fome neste Paraná; há, efetivamente, gente passando fome nesta Curitiba. Há, efetivamente, gente não tendo onde aplicar a força do seu trabalho. E nós terminamos, Sr. Presidente, lembrados daquela palavra de Paulo VI, de saudosa memória, quando na Encíclica *Populorum Progressum* dizia: "O novo nome da paz chama-se desenvolvimento". E o Paraná não tem paz, porque não está se desenvolvendo, apenas cresce, apenas incha, mas não se desenvolve.

E por isto não tem paz, não tem tranqüilidade para a família paranaense, para a família brasileira.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Decreto-Lei número 1632, de 04 de agosto último, é ato flagrantemente exorbitante, nos precisos termos do artigo 55 da Constituição da República, por não se configurar, no presente, nem ao longe, qualquer caso de urgência ou de interesse público relevante com respeito à **segurança nacional**.

Dando plena conformidade ao sistema vigente, que escraviza o Homem ao Estado, o Ato Presidencial leva em conta o dispositivo expresso no artigo 162, da Carta Magna arbitrariamente para proteção exclusiva do Estado: "Não será permitida grave nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei". E relaciona: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, indústrias definidas por decreto, compreendidas a produção, industrialização e comercialização.

Como se observa, sem definir, porque realmente não define coisa alguma, o que sejam "atividades essenciais", comodamente o Decreto-Lei inclui neste rol uma gama tão abrangente de atividades humanas, que o **direito de greve**, assegurado ao trabalhador pelo artigo 165, inciso 20 da Constituição, deixa de representar regra suprema, passando a vigor como ressalva à proibição presidencial. E as meras ressalvas, por sua vez, sucumbem ante as graves ameaças expressas que faz o Decreto-Lei ao trabalhador reivindicante, apontando-lhe o caminho da suspensão ou da rescisão de seu contrato de trabalho, com demissão **por justa causa**.

"A essencialidade da atividade depende de regras jurídicas, **constantes da lei**, que as define", afirma Pontes de Miranda, que prevê ainda a hipótese de ser falsa a afirmação legal da essencialidade, caso em que a matéria seria apreciada pelo poder judiciário.

Veja-se como exemplo, o direito à greve num País que muitos consideram de Constituição rigorosa. Na França, a dois

de agosto, próximo passado, os controladores de vôos sustaram a greve que vinham mantendo, exigindo equipamentos mais modernos, aumentos salariais e melhorias das condições de trabalho. Durante cinco dias, quinhentos mil turistas viveram um drama nos aeroportos, cujos vôos estavam atrasados de uma a dezesseis horas. Não houve, pois, paralização total das atividades, mas sim, diminuição de seu ritmo normal.

Poderíamos nos perguntar: são aqueles grevistas culpados pelos incalculáveis prejuízos sofridos pelos turistas? Não poderíamos responder sim ou não com segurança. Mas uma coisa é certa: se as reivindicações são justas, a greve é justa também.

Ora, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores é uma exigência da própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo XXIII reza:

“Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses”.

Haveríamos de concordar com o legislador, ao apontar ele para os prejuízos da greve nos serviços essenciais que são de interesse da segurança nacional, se a greve fosse injusta: ninguém defende a greve sem justa causa, nem os impostores, nem os sabotadores da economia nacional. Mas... e os prejuízos, que a classe trabalhadora sofre, a ponto de lançar mão do exercício do direito de greve, esses são de menor monta? Quem poderá avaliar os danos sofridos pelos trabalhadores de tais serviços? Ninguém. O que se oferece em troca da extirpação do direito de greve, como se fosse um pretensio câncer social? Nada. A lei não prevê. Quer se corrigir uma hipotética injustiça, e comete-se outra maior, verdadeira. Fiquem os trabalhadores desses serviços garantidos pela legislação do salário mínimo da sobrevivência...

O termo **segurança nacional**, ao lado das **razões de Estado** e do **desenvolvimento**, vem se petrificando em verdadeiro dogma nos meios políticos. É o tripé dos casuísmos relativos e dos relativismos casuístas. Poder-se-ia criar até, no campo da Ciência Política, um novo tempo: democracia casuística. Cada país é um caso que merece tratamento diversificado...

Destarte, o Estado moderno vai interferindo nos destinos das liberdades públicas, cerceando-lhes os passos, esfincterizando-lhe as perspectivas. O leviatã hobbesiano passa a valer mais que o Homem, mero servidor de seus interesses. Deturpa-se o patriotismo, que deixa de ser a expressão de amor à comunidade nacional, para ser o passivismo resultante da política paternalista.

Não se compreende que, reconhecendo àqueles serviços, o mérito de serem especialmente necessários à comunidade, o Decreto-Lei não reconheça aos respectivos trabalhadores o direito de usar da greve para a correção das injustiças e distorções que venham suportando. A custo da injustiça, supre-se a necessidade. Alcançado o fim, que importam os meios? Coloca-se assim nos ombros de quem possa estar sendo injustiçado o aguilhão da ilegalidade. E a lei, sinônimo de República, deixa de proteger o mais fraco. Tudo feito como se as greves fossem verdadeiras convulsões sociais, alheias a qualquer critério e caracterizadas pelo abuso.

Resta aguardar pelo milagre: que o atual Congresso Nacional se transforme numa maioria independente, consciente de suas atribuições, e converta o referido Decreto-Lei num instrumento à altura de nossas tradições democráticas e da dignidade do trabalhador brasileiro”.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) No horário reser-

vado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, queríamos nos parabenizar com S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, ao indicar para a Casa Civil, sucedendo o grande amigo e companheiro nosso, Dr. Fabiano Campelo, e para a Secretaria da Educação o Sr. Professor Elotero Talazen. Estes homens, que sempre participaram da equipe do Governo Canet, estarão nos postos de projeção, nos postos de comando desta equipe que nada fez, a não ser trabalhar pelo Paraná e pela sua gente.

Sr. Presidente, ao percorrermos a Região do Norte Pioneiro, de Jaguariaíva, que é o seu portal, até Cambará, Curiúva, Amoreira, vimos o crescimento da campanha ao Senado, do fuguro Senador e atual Deputado Federal, Odilon Túlio Vargas. É a surpresa, é a euforia, ao vermos esta candidatura crescer no meio rural, crescer apoiada pelo eminente e grande dinâmico Governador Jayme Canet Júnior.

E apoiada, com seu sustentáculo, pelo futuro Governador e atual Ministro, ex-Ministro Ney Braga. Satisfeitos ficamos, quando vemos estes homens enfrentando tudo e dizendo, muitas vezes, para divergir da opinião do ilustre Deputado Renato Bernardi, que no Paraná não existe miséria. No Paraná existe, muitas vezes, adversidade climática, onde o povo confia no seu Governo. Onde o Governo Estadual procura carrear benefícios para aplicar em benefício do próprio povo, do povo paranaense.

E para surpresa nossa, há poucos dias, foi denominado o Governador Jayme Canet Júnior como o melhor Governador do Brasil. Então, não podemos dizer que o Paraná está inchado.

Muitas vezes ao pensarmos, ao matutarmos como dizemos em nossos diálogos, vemos o Paraná inchado de estradas, vemos o Paraná inchado de escolas, vemos as crianças inchadas de satisfação ao verem o governo paranaense deste eminente paranaense que é Jayme Canet Júnior, dar cadernos, dar escolas, amparar Prefeituras sem exceção. Amparar Prefeituras com o PROSAFRA, sem exceção, e, sem olhar o partido político.

Dar o PROSAFRA, dar o dinheiro carreado do povo em benefício do povo, aos prefeitos dignos do Movimento Democrático Brasileiro. E é por isto, Srs. Deputados, é por isto, Sr. Presidente, e é por isto, povo do meu Paraná, que eu queria discordar, com a devida vênia, do Deputado Renato Bernardi, este professor ilustre que talvez por uma simples posição — que não podemos classificar de demagógica, porque demagogo ele não é, uma posição, um ponto de vista que difere do nosso, ao dizer que o Paraná está inchado.

Nós queremos dizer também que está inchado. Inchado de trabalho. Inchado de esperança com Ney Braga no Governo. Inchado de esperança com o futuro Senador Odilon Túlio Vargas. Inchado de esperança com a futura bancada da Arena e a futura bancada do MDB, que serão homens que haverão de ajudar o futuro Governador a carrear benefícios à sua terra e à sua gente.

E é por isto, Senhores, que nós agradecemos e pedimos ao Deputado Bernardi, que matutasse, que pensasse e que não dissesse que este êxodo rural é por culpa de governos, é por culpa de uma estiagem, é por culpa, muitas vezes, de uma peste suína que talvez não exista, é por culpa, muitas vezes, de falta dos homens de levar esperanças àqueles homens de mãos calejadas, aqueles homens que derramam o seu suor no rabicho do arado e no rabo da enxada. Aqueles homens que têm nos Deputados a esperança.

Dizia o candidato Richa, que não devemos tripudiar sobre a desgraça. Devemos sim, dar esperança aos homens, dar esperança aos homens de boa vontade. Aos mineiros vir das Minas Gerais para o Paraná.

O que dizemos então deste êxodo destes homens que vieram de outros Estados. Do Rio Grande do Sul, de Santa

Catarina, das Minas Gerais e dos paulistas, que vieram trazer o progresso a este grande Estado, que é o celeiro de nossa Nação.

Eu agradeço de coração e pediria vênias mais uma vez, que meditássemos, olhássemos e pedíssemos a Deus, que nos desse sempre governos com o de Jayme Canet Júnior, para que o Paraná continuasse inchado de estradas, inchado de escolas, inchado de assistência social, amparo e, principalmente, a esperança para a nossa terra. Para este povo cristão, que é o povo paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Esta Presidência leva ao conhecimento dos Srs. Deputados, que encerrou o prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei n.º 184/78, de Emenda à Constituição. E também encarece aos Srs. Líderes da ARENA e MDB, para designarem os seus representantes para comporem a Comissão Especial, na forma regimental.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/78, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízos dos benefícios previdenciários e assistenciais da legislação específica e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o Templo de Umbanda Iemanjá, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 105/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO DE UMBANDA IEMANJÁ, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O Templo de Umbanda Iemanjá, é uma sociedade civil, de caráter religioso e filantrópico, que tem por finalidade a prática e o estudo teórico do espiritismo e da religião de Umbanda, como também fomentar as virtudes propugnadas pelo Cristianismo entre as quais o amor universal, a caridade, a fraternidade, a bondade e a justiça, fazendo uma propaganda ativa entre seus associados, doutrinando-os no puro sentimento de amor ao próximo, e auxiliar todo empreendimento humanitário, dentro de suas possibilidades, tanto material como espiritualmente. A sua diretoria não percebe qualquer remuneração e satisfaz os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual a respeito da matéria. Por esta razão, esperamos o apoio e aprovação dos nobres Pares para este plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/75

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o presente

Projeto de Lei 105/75, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Templo de Umbanda Iemanjá, com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada, bem como da documentação que no mesmo se encontra inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10/01/78, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná — CEAG-PR", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 31/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CEAG/PR — CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

O CEAG/PR - Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos.

Conforme estabelece o art. 8.º de seus Estatutos, sua diretoria não é remunerada, e não são distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos membros efetivos e colaboradores.

Da mesma forma o Art. 32 prevê a destinação de seus bens em caso de extinção da entidade.

Possui personalidade jurídica (documento anexo), preenchendo todos os requisitos legais, de que trata a Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, conforme se observa pela documentação anexa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 31/78

Examinados os documentos apresentados, declaro preenchidos os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10.01.78, art. 1.º, incisos I a IV, sendo, por conseguinte, favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que denomina "Viaduto Theófilo Ferreira Loyola", o viaduto sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **COM EMENDA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 36/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado "VIADUTO THEÓFILO FERREIRA LOYOLA", o viaduto sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de justa homenagem que se presta a Theófilo Ferreira Loyola, pois o mesmo, desde jovem, passou a residir em Palmas, onde exerceu cargos públicos que o dignificaram. Cidadão honrado, prestou relevantes serviços à comunidade de Palmas, sendo muito benquisto e estimado por seus atos de humanidade e justiça. Estas as razões porque apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 36/78

O eminente Deputado autor do Projeto expõe, em seu ilustrado arrazoado, os plausíveis motivos que o levaram a tomar a iniciativa deste.

Trata-se, realmente, de matéria "ultra cogitatio", convalidada pelos melhores propósitos.

Opinamos, no entanto, pela redação abaixo, ao seu art. 1.º, que nos parece melhor materializar o intento legislativo:

EMENDA:

Redija-se o artigo 1.º do Projeto de Lei 36/78: *Fito*

"Art. 1.º — Fica denominado "Viaduto Theófilo Ferreira Loyola", o existente sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas na rodovia PRT-280". *Chaves*

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 42/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina - APAE", com sede na cidade de Palotina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 42/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALOTINA — APAE", com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina - APAE, criada pela necessidade que viam os palotineneses em dar atendimento aos deficientes dos mais diferentes níveis, procurando através de educação especial desenvolver ao máximo as suas potencialidades, bem como estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais. Esta associação não tem fins lucrativos, como também não remunera sua diretoria, como consta nos estatutos anexos ao presente plano de lei. Dado e exposto conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 42/78

Constatando preenchidos os requisitos exigidos pelo artigo 1.º da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, para declaração de utilidade pública, somos favoráveis à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jaguapitã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 48/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CEN-TRO ESPÍRITA EMMANUEL", com sede e foro na cidade de Jaguapitã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade, segundo a documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos essenciais, previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

As atividades que a mesma vem desenvolvendo no campo da assistência junto à comunidade de Jaguapitã, se revestem da mais alta relevância, o que já proporcionou o seu reconhecimento público no âmbito municipal, através da Lei nº 09/77, de 06/07/77.

Com isto estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 48/78

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei nº 48/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jaguapitã.

Analizando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor, e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10/01/78, que dispõe sobre a matéria em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 49/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública as "Aldeias Cristãs SOS", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 49/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, as "ALDEIAS CRISTÃS SOS", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo de assistência social junto à comunidade de Goioerê, recebendo inclusive o reconhecimento público municipal, através da Lei nº 827/06/77, de 26/12/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto da utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 49/78

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente Projeto de Lei nº 49/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública as "ALDEIAS CRISTÃS SOS", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10/01/78, que dispõe sobre o intuito da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 58/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estende simbologia numérica constante da Lei nº 6996, de 12/04/78, com os vencimentos fixados nas Tabelas V e VIII do Decreto nº 4847, de 18/4/78 aos cargos em Comissão, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 58/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os cargos em Comissão, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constantes do Anexo II, da Lei nº 6795, de 8 de junho de 1976, passam a pertencer, a partir de 1.º de janeiro de 1978, à simbologia geral DAS-L, Direção e Assessoramento Superior do Poder Legislativo, na conformidade do disposto pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, e com os vencimentos fixados nas Tabelas V e VIII, do Decreto nº 4847, de 18 de abril de 1978.

Parágrafo único — O Anexo II, da Lei nº 6795, de 08 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO

PARTE PERMANENTE

Nº de cargos	Denominação-	Símbolo	Vencimento
1 (um)	Diretor Geral	DAS-L1	Cr\$ 19.239,00
1 (um)	Diretor do Gabinete da		
	Assistência Técnica	DAS-L2	Cr\$ 13.467,00
5 (cinco)	Diretores de Departamentos	DAS-L 2	Cr\$ 13.467,00
1 (um)	Tesoureiro Geral	DAS-L 2	Cr\$ 13.467,00
1 (um)	Contador Geral	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete da		
	Presidência	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete da		
	Primeira Secretaria	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete da		
	Segunda Secretaria	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Chefe de Gabinete da		
	Diretoria Geral	DAS-L 3	Cr\$ 8.757,00
1 (um)	Coordenador de Auxí-		
	lios Sociais	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Assessor Jurídico do		
	Dep.to de Pessoal	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Assessor Jurídico do		
	Dep.to de Finanças	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00
1 (um)	Chefe do Serviço de		
	Segurança	DAS-L 4	Cr\$ 8.060,00

Art. 2º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni, Presidente; Quielise Crisóstomo, 1.º Secretário; José Domingos Scarpelini, 2.º Secretário.

JUSTIFICATIVA:

A implantação da simbologia DAS-L, Direção e Assessoramento Superior, para os cargos em Comissão do Poder Legislativo, na conformidade do estabelecido para os cargos de igual provimento do Poder Executivo, se faz por imposição legal. Quem assim determina é a Lei nº 6119, de 29 de junho de 1970 em seu artigo II, que transcrevemos: "Os vencimentos dos cargos em Comissão (do Poder Legislativo) são iguais aos do Poder Executivo, fixados na Tabela constante do Anexo II, alínea "b" da Lei nº 5978, de 1.º de agosto de 1969, e **acompanharão suas posteriores alterações**". (os grifos são nossos).

Procurou-se ainda, na introdução da simbologia DAS-L, do Poder Legislativo, enquadrar os vencimentos dos cargos em Comissão precisamente nos valores estabelecidos para o pessoal da Assembléia Legislativa pelo Decreto nº 4847, de 18 de abril de 1978, que baixou as tabelas de vencimentos decorrentes do aumento concedido pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978.

Em razão desse procedimento, o projeto não acarretará aumento de despesa, já que os vencimentos foram mantidos nas bases já fixadas.

Além do aspecto formal, é bom salientar que a medida proposta visa a integrar os cargos em comissão, como fez o Poder Executivo, na melhor e mais evoluída técnica administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 58/78

A douta Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, com o presente plano de lei, objetiva atribuir, a partir de 1.º de janeiro de 1978, aos cargos constantes do Anexo II da Lei 6795, de 08.06.76, a simbologia geral DAS-L, privativa de cargos em Comissão de Assessoramento e Direção do Poder Legislativo, tudo de conformidade com a Lei 6996, de 12.04.78 e Decreto nº 4847, de 18.04.78.

O projeto está amplamente justificado, onde a Comissão Executiva demonstra a conveniência e oportunidade da correção que propõe seja introduzida no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

A iniciativa é legítima, e não contraria qualquer disposição constitucional ou legal, muito ao contrário, está em perfeita consonância com essas normas que asseguram à Assembléia a iniciativa das leis que tratam dos seus serviços do Poder Legislativo e da organização de seu quadro de pessoal, cujos projetos ficarão sujeitos à sanção governamental.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto. É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 58/78

De autoria da douta Comissão Executiva, o presente projeto de lei tem por finalidade estender a simbologia numérica estabelecida pela Lei nº 6996, de 12/04/78, aos cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado.

Analisando o aspecto legal da proposição, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o aspecto financeiro da matéria, a qual é chamada a opinar esta Comissão, temos que, de acordo com o estabelecido no presente projeto de lei, não haverá com a sua aplicação, qualquer alteração financeira, razão pela qual o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 58/78

Com o presente Projeto de Lei nº 58/78, visa a douta Comissão Executiva, implantar simbologia numérica aos cargos em comissão da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, em consonância à simbologia constante da Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto ao mérito da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, podemos dizer que a iniciativa é das mais válidas e vem de encontro aos interesses da administração deste Poder, em adaptar simbologia de seus cargos em Comissão à sistemática do Quadro Geral da Parte Permanente do Poder Executivo.

Tal proposição irá estabelecer uma equidade e relação global dentro da administração, de cargos equivalentes do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

A justificativa que acompanha o projeto, bem demonstra a justeza e o mérito que a implantação proposta irá ocasionar em função de uma mais racional administração nos serviços deste Poder Legislativo.

Com isso o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1978.

(a) Wilson Fortes, Presidente e Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, eu acabo de tomar conhecimento, porque estava fora e não sabia que entrava na Ordem do Dia este Projeto de Lei nº 58/78, e como se trata também de uma matéria que tramita em primeira discussão, não há nenhum impedimento em aprovar pela sua constitucionalidade.

Entretanto, quero manifestar o desejo, em turno de segunda discussão e votação, uma emenda que me parece viável, cabível e necessária. E eu faço esta colocação, por antecipação, para deixar clara a minha posição e a minha intenção.

Era isto que eu queria manifestar, Sr. Presidente, sou pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias) Continua em votação o Projeto de Lei nº 58/78. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 63/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Casa do Menor Paraplégico - Larzinho", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 63/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "CASA DO MENOR PARAPLÉGICO - LARZINHO", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1978.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Jacarezinho, dentro das finalidades estatutárias.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 63/78

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei nº 63/78, visa declarar de utilidade pública a Casa do Menor Paraplégico Larzinho, com sede na cidade de Jacarezinho.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora do instituto da utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias e Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Paulo VI, solicitando ainda seja designada a sessão de amanhã, quarta-feira, dia 9, em seu tempo integral, em homenagem póstuma a esse que foi, nos quinze anos de seu pontificado, um ardoroso Apóstolo da Paz e da Civilização do Amor.

A Presidência vai anexar ambos requerimentos e submetê-los à apreciação dos Srs. Deputados. Em votação. - **Aprovados.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Zawadzki. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Lopes, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do industrial Agostinho Ermelino de Leão Filho, membro de tradicional família paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Taborda Ribas Neto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jamil Abrão, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 91/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos, a fim de que haja mais celeridade na tramitação dos projetos oriundos das Mensagens Governamentais nºs 74 e 75/78. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Pela ordem) Sr. Presidente, como é absolutamente impossível, do ponto de vista humano, saber do que se tratam esses projetos, principalmente quando não se tenha tido acesso a eles, gostaria que V. Exª esclarecesse do que tratam os mesmos.

O SR. PRESIDENTE - (Jurandir Messias) A Presidência atende o pedido de V. Exª.

(É procedida a leitura das Mensagens)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Se V. Ex.^a quiser, ainda poderei passar às suas mãos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, paira uma dúvida quanto ao atendimento das normas regimentais, no que diz respeito à reunião conjunta das Comissões. Então, perguntaria à Presidência, tendo em vista não ter o Regimento Interno em mãos, se esse procedimento pode ser adotado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência tem a obrigação de informar ao Sr. Deputado Ezequias Losso, que, na realidade, o nosso Regimento é omissivo e que o Plenário, uma vez decida, então será de toda validade o requerimento em tela. É por isto que esta Presidência consulta o Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa mandasse melhor estudar antes de por em votação, porquanto não sabemos nem como será o resultado nessa comissão conjunta, porque eu acho que deveria ser estudado em cada comissão, porque uma comissão poderia dar favorável e, outra, contrário; uma comissão tem 11 membros e outra tem 5. Eu acho muito difícil essa votação conjunta. Se é omissivo, eu acho que não tem fundamento esse estudo em conjunto.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Bom, esta Presidência não quer levantar polêmica, mas entende que o Plenário deverá, deve se pronunciar, porque esta Presidência tomando uma outra decisão, poderia ser taxada de injusta ou de incoerente, no caso. Então, prefiro que o Plenário decida, e por isso que entendemos que o Plenário é soberano e, nesses casos de omissões, do Regimento Interno, eu prefiro, na qualidade de Presidente interino da Casa, que o Plenário seja ouvido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu respeito a decisão de V. Ex.^a, e V. Ex.^a procura, fundamentando a decisão, ser coerente na direção dos trabalhos. Todavia, por uma simples questão de raciocínio. V. Ex.^a pode verificar que os legisladores que elaboraram e votaram o Regimento Interno da Casa, houveram por bem fixar, não só o número dos componentes das comissões permanentes, mas como a função de cada uma; o setor em que cada comissão deveria atuar e estabelecendo também as reuniões distintas de uma comissão para a outra. Não tem nexo o requerimento, Sr. Presidente; o Plenário nem pode votar um requerimento desta natureza, porque como bem disse o nobre Deputado Gilberto Carvalho, não se poderia chegar a uma decisão de uma reunião em conjunto de todas as Comissões. Não há como, não há possibilidade, não há coerência, não há nexo neste requerimento. Nada obsta que o próprio Deputado autor do requerimento requeira regime de urgência. É o remédio que indica o Regimento Interno da Casa para matérias dessa natureza. Quando necessita que uma matéria seja apreciada com maior rapidez, com urgência pela importância, pela necessidade de sua votação, existe o remédio regimentalmente consagrado, do regime de urgência e, até urgência urgentíssima, se assim entender o Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência entende perfeitamente a questão de ordem do eminente Deputado Erondy Silvério. E também, é do conhecimento do

ilustre Deputado, que o problema aqui é decurso de prazo. Para que haja um melhor entendimento, para que não se cometa até injustiças, esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para dialogar pessoalmente com os Srs. Deputados.

(Está suspensa a sessão por cinco minutos)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está reaberta a sessão. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná, em forma de apelo, no sentido de determinar a instalação de uma agência na sede do Distrito de Iguatu, Município de Corbélia. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, no sentido de ser determinada a instalação de uma agência no Município de Corbélia. —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de que seja determinada a instalação de um posto telefônico no Auto Posto Santo Eduardo Ltda., localizado no Km 117 da BR-369, trevo de acesso à cidade de Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação das Mensagens Governamentais n.ºs 74 e 75/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de determinar à Secretaria dos Transportes, o asfaltamento de diversos trechos de estradas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, no sentido de ser informada esta Casa, sobre de quem é a responsabilidade da estrada Inglesa, no trecho de Nova Esperança ao Rio Pirapó. — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Indagaria da Presidência, quais os termos do pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Atendo V. Ex.^a e farei a leitura do requerimento.

(É procedida a leitura do requerimento)

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Eu solicitaria para discutir, Sr. Presidente, para que assim talvez amanhã, possamos dar resposta devida ao nobre Deputado Gaona.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consequentemente, fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja determinado ao setor competente, o asfaltamento da Rua Eduardo Geronasso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja determinada a instalação de uma agência na sede do Distrito de Braganey, Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, na qualidade de Vice-Líder do MDB, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos professores paranaenses que se encontram reunidos em Congresso, defendendo justas reivindicações. — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Fica adiada a discussão

para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, visando que se proceda ao reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas. — Em discussão.

Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada, com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador de Estado e para Senador. Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, solicitaria verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência atende. (É procedida a verificação de votação) (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 105/75, 31, 36, 42, 48, 49, 58 e 63/78;

marcando ainda uma sessão para quinta-feira, dia 10, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 181/77, 28, 32 e 45/78.

Levanta-se a Sessão.

Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 168/78

DATA: 04 de Agosto de 1978.

SÚMULA: Estabelece novos horários para a realização das Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — As Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa do Estado, até 15 de novembro de 1978, serão realizadas nos seguintes horários:

2ª feira - Reunião das Comissões, com início às 19,30 hs.

3ª feira - Sessão Plenária às 14,30 horas.

4ª feira - Sessão Plenária às 14,30 horas.

5ª feira - Sessão Plenária às 10,00 horas.

6ª feira - Reunião das Comissões.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04/08/78

(a) IVO THOMAZONI

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 403/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7491/78, de 04 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar a pedido, nos termos do inciso I, do Art. 140, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA GEBRAN, matrícula nº 006, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 49.407,51 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sete cruzeiros e cinquenta e um centavos), mensais e integrais, incluídos neste total cinco (5) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do Art. 170, da citada Lei nº 6174; cinco (05) adicionais, de acordo com o Art. 172, §§ 1.º e 2.º da mesma Lei; Função Gratificada 3 vezes 1-F, de acordo com a Lei nº 6119, de 29 de junho de 1970; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 404/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7518, de 07 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, § 1.º da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, matrícula nº 490, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 31.634,44 (trinta e um mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta e quatro centavos), mensais e integrais, incluídos neste total três triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º da Resolução nº 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 da citada Lei nº 6174, um (01) adicional de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, Função Gratificada Símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, incos II, da Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976, Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974, Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

"Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de agosto de 1978

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário